

Petição On-line

Petição:	Coletiva
Nome do 1º Peticionário ou de Pessoa Coletiva:	Mário José Afonso Gomes
Morada:	
Local:	
Código Postal:	
Endereço Eletrónico:	
Nr. Telemóvel:	
Documento de identificação:	BI N°                      válido até:
Identificação de outros peticionários:	Ana Cristina Teixeira Frade e Maria do Carmo Valente de Magalhães
Objeto sucinto da sua Petição:	Petição para requerer o agendamento de um debate na Assembleia da República (AR) sobre o tema: práticas jornalísticas nos órgãos de comunicação social públicos
Texto da sua Petição:	<p>Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia da República, Prof. Eduardo Ferro Rodrigues Os abaixo assinados vêm requerer o agendamento de um debate na Assembleia da República (AR) sobre o tema: práticas jornalísticas nos órgãos de comunicação social públicos. UM COMEÇO VERDADEIRAMENTE NOVO Vivemos uma nova época de Democracia plena e fecunda em Portugal. As organizações políticas discutem todos os temas sem tabus, sem os constrangimentos tradicionais dos aparelhos dos partidos, sem os habituais impedimentos dos fechamentos ideológicos que os inibem muitas vezes de um debate aberto e profícuo nos seus consensos. Não podemos passar por cima de que foi a “esquerda” que ao mostrar caminhos alternativos à austeridade abriu o campo não só para um melhor nível de vida entre toda a população portuguesa como proporcionou uma nova dinâmica à Democracia vencendo a secular desunidade, mas, e isto é essencial: sem dogmatismos e sem excluir a “direita”. Todos vivemos neste país, todos somos importantes e necessários. Se se olhar para Portugal como uma comunidade socio-económico-cultural e de afectos – própria das sociedades mediterrânicas a distinção esquerda/direita deixa de fazer tanto sentido, não anulando as “lutas de classes” como é natural, mas apresentando-nos a hipótese de um caminho comum – o do progresso social – que nos é caro a todos. A Comunicação Social pública deve reflectir este novo estado de coisas, para isso tem que sair da sua “zona de conforto” – tem que ter um novo começo novo: sem exclusões à partida, mas com veracidade e objectividade. Que ultrapasse a vaidade e o espectáculo do pivot-artista para de novo instalar o Jornalista que sem julgamentos prévios serve a população servindo a procura da verdade e a isenção que lhe é necessária. É este o sentir de muitos portugueses que querem ver este tema tratado na Assembleia da República – o lugar da Democracia. A ética profissional jornalística diz-nos que não é possível contaminar a informação com ideologia. Há dias um jornalista inicia uma peça dizendo a propósito de um governante: «a ministra da Administração Interna, veio a este evento, APÓS VÁRIOS DIAS SEM APARECER EM PÚBLICO...» Reparem na sofisticação do pré-juízo...</p>

«parece que a senhora ministra andou fugida ou escondida ou que a função dela é andar sempre em público...» (MD). É como se o trabalho dos ministros se passasse no espaço público... tudo o que o jornalista dissesse a seguir estava contaminado por este pré-julgamento idiota e sabemos que o jornalista não o ignora... Mais, isto já é apresentado como uma nova estratégia governamental – os Ministros trabalharem nos seus Gabinetes – e, pasme-se, esta estratégia é promovida pelo Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, assim nos querem fazer crer. Citamos um exemplo “moderado” de manipulação da informação, não vamos sequer ao básico da entrevista às pessoas em pânico que vêem o fogo ameaçar as suas casas. Nestas situações trágicas os jornalistas locais chegam a atingir o ridículo... mas trágico porque envolve a vida das pessoas. Não é legítimo começar telejornais em semanas que não terminam pedindo a cabeça de responsáveis ou criando a desorientação e o medo entre a população ameaçando-as que os serviços públicos estão descomandados... descomandada está a Comunicação Social (C.S.). Não é legítimo começar os telejornais semanas a fio querendo apressar investigações de carácter académico-científico e/ou policial que ainda agora começaram... Se a CS privada além da informação, talk-shows, telenovelas e globos de ouro, tem que garantir mais-valias aos seus accionistas., o que é legítimo. Esse não é, não pode ser, o objectivo da C.S. pública, mas sim: informar e ser sustentável. No mínimo, já não vamos ao ponto de ser didática-pedagógica, mas tem que manter a população informada, convidar à cidadania e protecção das camadas sociais mais desfavorecidas, e não onerar ainda mais os cidadãos. Esta perspectiva, estes valores, têm que estar permanentemente no dia-a-dia dos trabalhadores da C.S. pública, contrariando o vale-tudo-consumista da sociedade em que tudo é espectáculo. Não se trata de repetir velhos chavões como defender o Estado Social, mas sim, manter um nível de coesão social para que Portugal seja mais que uma Nação de oitocentos anos mas uma verdadeira comunidade. Para os abaixo-assinados a C.S. pública não tem reflectido estes valores básicos e, se bem que aceitemos que se possa pensar diferentemente, vimos solicitar junto da Assembleia da República um debate alargado para que se reflecta sobre as práticas da C.S. pública impedindo que esta possa servir quaisquer interesses políticos que não os que servem objectivamente a maioria da população portuguesa. Para isso temos que ter profissionais isentos e equidistantes de qualquer poder – assumam ele as formas que assumirem. Aguardando um agendamento para o mais breve possível. Atentamente, os abaixo-assinados (Nome, mail e nº. BI ou cartão de cidadão; E NÃO SE ESQUEÇAM, POR FAVOR, DE CONFIRMAR A ASSINATURA NO VOSSO MAIL. Obrigado)

Nacionalidade: Portuguesa